

Tem fé que é cega

Brasileiro: profissão, esperança! O título, se não estamos enganados, foi de um filme nacional, desses tantos que nossos cineastas já produziram, mostrando a miséria dos mortos e favelas do Rio de Janeiro e São Paulo. No final, sempre cabia a mensagem de que, apesar de todos os males e sofrimentos, ainda restava uma alternativa. O otimismo, a fé numa virada milagrosa da situação miserável, clara ou disfarçadamente, integraram corações e mentes brasileiras desde há muito tempo.

A nação brasileira, e este é o traço verdadeiramente negativo dessa cultura da esperança cega, viveu-se em acreditar no futuro, como se a passagem do tempo, por um passe de mágica, fosse capaz de apagar, sepultar as dificuldades, formando um horizonte de prosperidade. Não é a toa que o brasileiro anda se deslumbra com máximas do tipo — Brasil, o país do futuro. Máximas assim nada mais fazem do que confirmar o estabelecido no imaginário nacional.

Foi por acreditar cegamente no futuro, sem se preocupar em tirar lições duradouras dos erros cometidos no passado e construir os alicerces no presente, que terminamos perdendo o rumo e ficando numa situação quase insustentável, embora todos sejam unânimes em destacar as potencialidades do Brasil para enfrentar e superar crises.

Com base nessa fé doentia, perdemos sucessivas oportunidades de ingressar na rota da modernidade e do desenvolvimento, por deixar de organizar melhor o conjunto de atividades que realmente conduzem ao progresso, quais sejam agricultura, indústria e comércio.

Nossa industrialização se formou capenga, com algumas empresas em condições de competir com as do Primeiro Mundo, mas com uma imensa maioria de indústrias anêmicas, que somente sobreviveram pela ajuda do Estado.

Dessa forma, fomos perdendo espaço e hoje, sem qualquer sombra de dúvida, caso houvesse um choque capitalista a valer, do qual sobrassem apenas os grupos competitivos em qualidade e produtividade, observaríamos um quadro para lá de vexatório.

A agricultura entrou em colapso. Com terras e mais terras disponíveis para o plantio, temos que suportar a vergonha de importar grãos, agravando a fome dos milhões de desnutridos. No setor agrícola, continua prevalecendo a política de apoio aos grandes. O pequeno e o médio agricultor só permanecem na atividade de teimosos, porque lucros mesmo não têm.

E o comércio, coitado, vê-se sufocado pela prática dos juros altíssimos, o que reduz

João, jardineiro, 38 anos, 5 filhos, renda mensal de 4 salários mínimos, quando vai à padaria comprar um quilo de farinha de trigo está pagando 18% de ICMS, 2,65% de PIS e Finsocial, cerca de 47% de Imposto de Renda sobre o lucro, além de outros adicionais, representando algo próximo a 30% do preço da venda. Para João e para qualquer outro contribuinte brasileiro.

Em nosso país, existem 54 diferentes tributos, que, na sua maioria, pesam igualmente sobre todos, independentemente da renda, classe social, idade, número de filhos ou qualquer outro critério, embora a essência do nosso povo seja uma extensa e heterogênea escala de formas econômicas e sociais. Trata-se do modo mais perverso, arcaico, injusto e desigual de tributação.

O princípio constitucional da capacidade contributiva, que determina que os impostos devam ser graduados segundo o patrimônio, os rendimentos e a atividade econômica do contribuinte, é letra morta. Enquanto isso, os níveis de investimento, produção, demanda, emprego, renda e até arrecadação são inversamente proporcionais à elevação da carga tributária incidente sobre as empresas.

Aqui, e no resto do mundo. Nos países desenvolvidos, um terço da arrecadação provém das empresas e dois terços, dos indivíduos. No Brasil, curiosamente, ocorre o inverso. E, fatalmente, o que acontece é que aquilo que as empresas pagam de tributo é incorporado aos custos e repassado aos preços. Um círculo vicioso que não resulta em prosperidade, mas na tal cultura infançaria.

Em uma análise rápida da nossa história recente, é possível concluir que os períodos de maior crescimento econômico do país

foram marcados por menos ênus tributário. Até 1963, por exemplo, o veículo era tributado em 12%, alcançando 30% na década de 70 e atingindo os 45% de hoje. Enquanto isso, a indústria automobilística, em 1979, vendeu 1.014.925 automóveis no mercado interno e, em 1990, somente 707 mil veículos. E estamos falando apenas de impostos sobre o valor de revenda, que, aliás, nos países desenvolvidos, no caso dos veículos, é de 13,2%.

ICMS, IPI, PIS e Finsocial oneram abusivamente o preço final de venda dos produtos. Por outro lado, a incidência de impostos na aquisição de máquinas e equipamentos destinados à expansão da capacidade produtiva não estimula novos investimentos. A simples abertura econômica não é suficiente para proporcionar o aumento da produtividade. É necessário adequar a nossa estrutura tributária à dos países competitivos.

Os empresários brasileiros continuam perplexos e desconfiados em relação ao discurso de intenções modernizantes do governo, porque sabem que não haverá estabilização econômica e queda da inflação sem desenvolvimento industrial.

Alertado por razões tão evidentes, o governo deve se empenhar em reduzir a carga tributária para permitir um efetivo aumento da arrecadação, eliminando os efeitos danosos que existem hoje. Aquelas coisas que fazem com que João, jardineiro, 38 anos, 5 filhos, renda mensal de 4 salários mínimos, pague proporcionalmente mais pelo mesmo quilo de farinha de trigo do que um outro cidadão brasileiro de renda e patrimônio maiores.

Antoninho Marmo Trevisan, presidente da Trevisan Auditores e Consultores

Ingenuidade

Neste ano e meio de mandato, o presidente Collor tem demonstrado uma incrível dificuldade de lidar com os fatos e as partes conflitantes da sociedade e de apresentar projetos que promovam um esforço comum para sua efetivação. Para cada passo dado numo entendimento, o Planalto direciona dois para alimentar os embates. São os embargos de um governo que se apóia excessivamente ao poder e reluta em fazer concessões.

Uma característica deste posicionamento ficou evidente, principalmente, nas últimas manifestações belicosas do chefe do Executivo nacional. Qual seja, o não discernimento entre individualidades e agentes sociais. Em seus discursos inflamados, o presidente da República faz questão de esquecer que os indivíduos quando são absorvidos pelo circuito social, político e econômico, mostram-se anulados das suas individualidades, despojados das suas qualidades pessoais e constituem-se apenas como agentes sociais, políticos e econômicos, portadores da racionalidade do sistema que os recrutou e os produziu e de acordo com este registro esperam ser tratados principalmente pelo Estado. É fechando os olhos para o fato que os pequenos e grandes empresários, os produtores rurais, os comerciantes — são agentes econômicos que atuam em relação mútua, buscando atingir o fim estabelecido pelo sistema (o lucro), que o presidente pode atacá-los na sua personalidade, chamando-os de "covardes".

Se ao fazer isso esvazia todo o conteúdo político da luta que se trava na sociedade entre os interesses e valores dos grupos mais ou menos cativados pela racionalidade capitalista. Nas manifestações da sua raiva através da mídia eletrônica, o presidente deixa de mostrar a política como o enfrentamento de grupos que defendem caminhos diferenciados para o país e descreve-a como a luta dos "homens bons contra os homens maus", e anunciando a sua revolta "ingenua" contra o mau apresenta-se para o público como defensor do "bem".

Sabemos, por experiências passadas, que de ingenuidade este presidente não tem nada. Então nos perguntamos o porquê de tal atitude. Encontrar a resposta não é tarefa simples, mas podemos arriscar uma hipótese bastante plausível: ao ver os seus planos, impostos unilateralmente à sociedade, sendo derrotados e não tendo condições técnicas, nem vontade política, de promover um entendimento nacional em torno de um projeto, restou ao presidente a estratégia populista do esvaziamento político, com o qual pretende criar condições para imposição de novos "pacotes" à sociedade, e ao mesmo tempo resgatar a imagem da presidência diante da opinião pública pagando sua incapacidade política ao posicionamento como vítima revoltada. Estratégia infeliz de quem está longe de tornar-se um "estadista".

Nelson Rosário de Souza, sociólogo

Prevenir cárie

Porque apenas 30% ou menos da população brasileira têm acesso a atendimento odontológico, um dos principais objetivos da nova diretoria da Associação Brasileira de Odontologia (Seção do Paraná, recentemente empossada, é estimular a prevenção. A nova diretoria, constituída por Dino Pasqual (presidente), Edison Milani (vice), Paulo Torresan (diretor da Escola de Aperfeiçoamento Profissional), Celso Russo (tesoureiro), Sérgio Poesch (secretário), Ana Lúcia Tolassi (diretora social) e Acrângelo de Souza (diretor de esportes), entende que dentistas o Brasil já tem o suficiente.

Além da especialização pela realização de cursos em Curitiba e cidades do interior do Estado, a ABO/PR acredita que as prefeituras poderão ser uma parte decisiva para resolver o problema da concentração de profissionais nos maiores centros urbanos. Dando condições, o cirurgião-dentista vai-se interessar. Em vez de aumentar o número de escolas, é preciso melhorar os cursos já existentes. Daí, a necessidade de conscientizar as autoridades de que não devem ser liberadas novas faculdades em re-

giões onde já existem muitas. Um dos programas de maior interesse da nova diretoria da ABO paranaense é justamente disseminar o hábito da prevenção contra doenças dentárias. Trabalho semelhante foi desenvolvido nos últimos dois anos pela Associação, que foi à comunidade ensinar bons princípios e atender mais de mil pessoas carentes só este ano, na clínica da sede, que fica na Rua Dias da Rocha Filho, no alto da Rua XV de Novembro, Curitiba. As discussões em congresso e reuniões levaram mensagem à população, que hoje tem demonstrando melhor entendimento do que é Odontologia.

Mas falta muito a fazer. Em prevenção, a escola faz muito pouco, o que acontece também a nível de saúde pública. Estimativas indicam que cerca de 70% da população ainda não tem acesso a tratamento dentário. Apesar disso, em cidades grandes até 40% dos horários de consultório não são utilizados.

Dino Pasqual, presidente da Associação Brasileira de Odontologia/Seção do Paraná

Alça de Mira

Novo partido

A luta trabalhista aliada à orientação social do Estado. Esta é a bandeira do PST (Partido Social Trabalhista), afirma o deputado estadual Neivo Beraldin, um dos novos quadros do PST. "Não queremos discutir o tamanho do Estado, mas onde ele está e o que está fazendo; precisamos voltá-lo à área social, atuando na educação, saúde, segurança, habitação e infra-estrutura", explica Neivo.

Luta democrática

Segundo Neivo Beraldin, o social trabalhismo abdica da luta de classes como instrumento político e prega a conquista de espaço na sociedade através da organização e da luta democrática.

O capital e o trabalho podem buscar os mesmos objetivos, trabalhando pela recuperação e pela modernização da economia brasileira. Numa economia equilibrada, as taxas de juros podem ser menores, os lucros dos empresários mais condizentes com a realidade do país e os salários podem obter aumentos reais através do crescimento da produção nacional", aponta.

Esperança

A proposta do social trabalhismo, de acordo com Neivo Beraldin, significa novas esperanças dentro do atual quadro de falta de perspectivas para os paranaenses e todos os demais brasileiros. "Sob a liderança nacional de Alvaro Dias, o Paraná pode mostrar ao Brasil que a especulação e o lucro fácil podem dar lugar ao trabalho e ao verdadeiro espírito do empreendimento. Isso tudo embasado numa reorganização e reorientação do papel do Estado", ressalta.

Serviçais

Na avaliação do deputado federal paranaense Pedro Tonelli, a questão da privatização e da propalada reforma do Estado alcançou tamanho grau de distorção, "que hoje ex-serviçais dos governos militares, como os ex-ministros Roberto Campos e Delfim Netto, lideram no Congresso o Bloco em Defesa da Economia Moderna (BEM). Os líderes do BEM, que tanto mal fizeram ao país, colocam-se hoje como arautos da modernização e defensores da privatização", diz Tonelli.

Observa o parlamentar "que quem chegar de fora e se prender ao debate atual, terá a impressão de que o Brasil foi governado nas últimas décadas pela esquerda e que agora tem um governo liberal que se empenha em implantar uma economia de mercado. E pensar que Delfim Netto e Roberto Campos e outros tantos estavam no poder quando a estatização foi mais intensa".

Fiscalização

Lembra Pedro Tonelli que "o Estado mínimo não é garantia de eficiência e moralidade. Daí que a privatização não pode ser deixada nas mãos do governo, sem se sujeitar a qualquer controle da sociedade. O Congresso não pode renunciar à sua prerrogativa de fiscalizar a execução do Programa Nacional de Desestatização, analisando caso a caso as privatizações de estatais".

Tonelli adverte que se o Congresso preferir a omissão, se tornará conivente com "as irregularidades e negociações (...) E confiar num governo onde até a corrupção para compra de fardas de soldados é colocada sob suspeita, é no mínimo, temerário".

Acidentes

O Brasil desponta como recordista mundial de acidentes de trânsito entre pa-

ses em desenvolvimento. São um milhão por ano, resultando em 50 mil mortos e 350 mil feridos. Segundo o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), esses acidentes geram um prejuízo de 4 bilhões de dólares. Atualmente, o trânsito é a terceira causa de mortes no país, abaixo das doenças do coração e do câncer.

Os números são alarmantes: a cada 13 minutos, uma pessoa morre nas ruas, as vítimas têm idade de 33 anos em média. Cerca de 90% dos acidentes são provocados por falhas humanas e ocorrem no perímetro urbano; 57% dos envolvidos registram alto teor de álcool no sangue. E ainda querem conceder habilitação a menores de 18 anos!

Piadinha

O presidente Fernando Collor e o ministro da Economia, Marcellino Marques Moreira, vinham de São Paulo para Brasília, quando, pouco antes da aterrissagem do avião, o ministro comentou que jogaria uma nota de 10 mil cruzeiros para fazer um brasileiro feliz. Collor argumentou, então, que em vez de fazer apenas um brasileiro feliz, Marcellino poderia fazer dez brasileiros felizes, desde que repartisse os 10 mil por partes de mil cruzeiros. O piloto, ao ouvir a conversa dos dois, interveio e soltou essa: "Por que os dois não saltam do avião; assim, em vez de um ou dez brasileiros, seriam 150 milhões que ficariam felizes".

Promoções

O tempo pode estar bido do jeito que estiver, mas uma coisa é certa na "guerra" por fatias do mercado entre os gigantes industriais: não dá para recuar quando o assunto se chama publicidade e campanhas promocionais. Exemplo disso é a disputa entre a Gessy Lever e a Sanbra pela liderança no mercado de margarinas. A participação da Delícia Cremosa (Sanbra) passou de 15% em abril para 22,9% em setembro; enquanto a da Dorian (Gessy Lever), no mesmo período, despencou de 23,9% para 18,3%.

As duas empresas acabaram empatadas em participação de mercado: 41,5% para a Sanbra, com suas oito marcas, contra 42,5% da Gessy Lever, também com oito marcas. Em março, a proporção era de 50% para Gessy Lever e 35% para Sanbra. A virada custou 9,5 milhões de dólares, preço total das promoções da Sanbra, que desde maio ofereceu casca e pensões vitais. A reação da Gessy Lever veio tarde — só em setembro —, quando contra-atacou com uma promoção praticamente igual.

Acidentes 2

Quando nos deparamos com essas informações sobre acidentes de trânsito e seus efeitos no Brasil, lembramos de campanha publicitária lançada nos Estados Unidos e recentemente apresentada por Alex José Periscinoto, vice-presidente da Alcântara Machado Periscinoto Comunicações. O anúncio destaca no título: "Motoristas bêbados não precisam ser perdidos completos". E o texto propõe ao motorista autorizar a doação de alguns órgãos, como olhos, coração, fígado, pâncreas, rins e baço, em caso de um acidente fatal.

O anúncio, comenta Periscinoto, cumpre bem duas funções: assusta quem bebe e dirige, aproximando-o de uma realidade que ele quer esquecer, e faz isso favorecendo os bancos de órgãos, tão carentes de doadores. O Brasil, com cifras tão altas de acidentes de trânsito, bem que anda precisando de anúncios criativos como esse no auxílio à prevenção de mortes e ferimentos nas estradas.

II Festival de Poesia começa na próxima 6.ª



O Museu do Mate será palco do festival poético da cidade.

Na sexta-feira (15) e sábado (16) acontecerá no Parque Histórico do Mate, na Rondinha, o II Festival da Poesia de Campo Largo e o 1º Roda Moimho. Esse encontro cultural é iniciativa de um grupo de jovens campo-larguenses que já promoveu o Festival da Poesia no ano passado e agora dá continuidade ao evento, com total apoio da Prefeitura, através da Secretaria Municipal da Cultura, e do governo do Paraná, com participação de vários órgãos culturais — Secretaria de Estado da Cultura, Parque Histórico do Mate e Comissão Especial Pró-Cultura.

A programação será variada e intensa nos dois dias, com apresentação de coral, exposição de artes plásticas, vídeos, shows musicais, tosquia de ovelhas, telecangem, construção de barricas, oficina de artes plásticas, oficina

Romance de Zélia e Cabral contado em livro de Sabino divide opiniões

Depois que a história de amor dos ex-ministros Zélia Cardoso de Mello e Bernardo Cabral veio a público, o fato passou a ocupar espaço em todos os meios de comunicação. O livro "Zélia — uma paixão", do escritor Fernando Sabino, recebeu uma série de críticas, concentradas, principalmente, na ideia de que personalidades que fazem parte da história do país jamais deveriam confessar publicamente sua vida amorosa.

O jornalista Paulo Francis caracterizou o livro como mais um dos disparates da classe política brasileira. Criticou ainda a publicidade gratuita nos diversos meios de comunicação, saltando que, apesar disso, a venda foi pequena e muitas livrarias recusaram-se a recebê-lo.

Exemplo disso é a Livraria Chain, uma das mais tradicionais de Curitiba. Seu proprietário, Aramis Chain, afirma que tomou a decisão de não vender o livro após ler reportagens nos jornais e algumas páginas do livro. Segundo ele, o conteúdo da obra o surpreendeu, pois esperava tratar-se da economia brasileira e não de confissões da vida íntima da ex-ministra da Economia.

Por outro lado, o escritor Marcelo Paiva, em artigo publicado na "Folha de São Paulo", caracterizou o livro como o registro de um modelo que espelha a mulher dos anos 90. "Literatura é, entre outras coisas, bisbilhotice, fofoca, e quanto mais, mais a massa prestigia", escreveu.

Para saber se é este o tipo de literatura que a população prestigia e se ela concorda com a atitude da ex-ministra, a Folha entrevistou 6 pessoas que demonstraram opiniões divididas. Três apoiaram a atitude e três a condenam.



"Acho que a Zélia está muito certa. Quando uma pessoa pensa em fazer alguma coisa, sente necessidade de colocar para fora suas ideias, seus ideais, deve fazê-lo. Tem que acabar com o preconceito de que por ser mulher não pode falar, não pode escrever, se expor. O fato de ela ter ocupado um cargo importante no governo brasileiro não é empecilho para isto. Foi a hora de ela mostrar seu lado mulher. Tendo oportunidade quer ler este livro". (Ceci Gurgacz, comerciante).



"Ainda não tive oportunidade de ler o livro, mas, diante de toda a polêmica que causou, gostaria de fazê-lo. Creio que o conteúdo é bastante interessante. O fato de Zélia ter ocupado um cargo no Ministério brasileiro não pode ser considerado um empecilho para que tome atitudes como esta. Enquanto ela estava no cargo, tinha que honrá-lo, mas agora é uma cidadã comum". (Divanir Ayrton Damigo, representante comercial).



"Sem comentários. Achei essa atitude uma baixaria tão grande que dispensa comentários. É uma atitude que não se justifica, principalmente porque Zélia ocupou um cargo importantíssimo no governo. O fato teve uma repercussão enorme. Como é que os outros países vão respeitar o Brasil quando uma autoridade do governo se expõe desta maneira?" (Egon Kulkamp, representante comercial).



"Ela não deveria ter revelado intimidades de sua vida e, principalmente, de outras pessoas. A ex-ministra quis chamar a atenção e se promover às custas dos outros. Não concordo com essa atitude". (Sirlene Hoffmann Fortunato, dona-de-casa).



"Talvez a intenção da Zélia tenha sido a de conquistar o Cabral, que, pelo menos com a família, demonstrou ter responsabilidade. A ex-ministra quis prejudicá-lo, comdivinção, mas acabou denegando a sua própria imagem. Como política, ela está zerada". (Florindo Gonçalves dos Santos, chefe de turno).

Verão Moda Verão Moda O BELELEU

Moda a preço justo

Leg cotton	1+1 de Cr\$ 3.950,00
Bermuda ciclista	1+1 de Cr\$ 3.200,00
Blusa cotton	1+1 de Cr\$ 3.450,00
Macaquinho cotton	1+1 de Cr\$ 4.950,00
Biquini lycra	1+1 de Cr\$ 4.950,00
Maiôs lycra	1+1 de Cr\$ 5.950,00

Promoção válida de 01 a 23/11 ou enquanto durar o estoque

RUAV XV, 2281

FONE: 292-3940

Verão Moda Verão Moda

AGERVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE CAMPO LARGO - PR

EXPEDIENTE

FOLHA DE CAMPO LARGO

Diretor-presidente: Germano de Oliveira

Editor: Inácio Alfonsini Panzani

Diretora de Redação: Luz Marina Leon Bordes

Comércio de Artes Gráficas: Idéias Novas Ltda. Rua Marechal Deodoro, 495. Galeria Virgínia, loja 107. Telefax: (041) 392-1331. Campo Largo - Paraná

Composição, past-up e folheto: Comércio de Artes Gráficas: Idéias Novas Ltda.

Impressão: Editora Jornal do Estado Ltda. Rua Roberto Barros, 22. Telefone: (041) 254-7011

Frases

"Devemos confiar em nosso país, porque os outros países só nos ajudarão se for do interesse deles e não do nosso". (George Washington, primeiro presidente dos Estados Unidos).

"Se o país não souber desenvolver o seu próprio capital com o auxílio de seus filhos, nunca chegará a crescer". (Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa).

"O Brasil continua vítima de um estranho complexo de culpa que o torna sempre inibido e hesitante diante da decisão de dar o passo na direção da modernidade". (Alvaro Augusto Vidal, presidente da Bolsa de Valores de São Paulo).